
	<b>UNIDADE: FACULDADE DE DIREITO</b>	
	<b>DEPARTAMENTO DE DIREITO DO ESTADO</b>	
	<b>GRUPOS DE PESQUISA INSTITUCIONAL</b>	

<b>ÍNDICE</b>		
Código	Disciplina	Página
DIR 02-07772	GPI em Direito Administrativo	2
DIR 02-07773	GPI em Direito Constitucional	3
DIR 02-07774	GPI em Direito Financeiro	4
DIR 02-07775	GPI em Direito Internacional	5
DIR 02-08617	GPI em Direito Administrativo: Agências Reguladoras	6
DIR 02-08618	GPI em Direito Administrativo: Atos Administrativos	7
DIR 02-08619	GPI em Direito Constitucional: Garantias dos Direitos Humanos	8
DIR 02-08620	GPI em Direito Constitucional: Política de Ação Afirmativa	9
DIR 02-08622	GPI em Direito Internacional: Direito Internacional do Desenvolvimento	11
DIR 02-08623	GPI em Direito Internacional: Terrorismo e Direitos Humanos	13
DIR 02-10591	GPI em Direito Constitucional: Limites à Atuação do Poder Judiciário	14
DIR 02-10632	GPI em Direito Eleitoral: Financiamento de Campanha e Prestação de Contas	15
DIR 02-10635	GPI em Direito Administrativo: Poder de Polícia	16
DIR 02-10645	GPI em Direito Constitucional: Limites à Atuação do Poder Judiciário II	17
DIR 02-11146	GPI em Direito Constitucional: Liberdades Fundamentais e Cortes Constitucionais	18
DIR 02-11150	GPI em Direito Constitucional: Estudo sobre a Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal no pós Constituição de 1988	19
DIR 02-11305	GPI em Direito Constitucional: Limites à Atuação do Poder Judiciário III	20
DIR 02-11461	GPI em Direito Constitucional: Liberdades Fundamentais e Cortes Constitucionais II	21
DIR 02-11930	GPI em Direito Internacional: Jurisprudência Internacional	22
DIR 02-11935	GPI em Direito Constitucional: Separação de Poderes e Comportamento Judicial	23
DIR 02-12034	GPI em Direito Constitucional: Separação de Poderes e Comportamento Judicial II	24
DIR 02-12103	GPI em Direito Constitucional: Inclusão Social dos Portadores de Deficiência Física	25
DIR 02-12522	GPI em Direito Constitucional: Tributação sobre a Circulação de Bens e Serviços	27
DIR 02-12523	GPI em Direito Constitucional: Monitoramento da Jurisprudência Constitucional do STF – Parte I	29
DIR 02-12525	GPI em Direito Constitucional: Liberdades Fundamentais e Cortes Constitucionais III	30

	<b>UNIDADE: FACULDADE DE DIREITO</b>				
	<b>DEPARTAMENTO: DIREITO DO ESTADO</b>				
	<b>DISCIPLINA: GRUPO DE PESQUISA INSTITUCIONAL EM DIREITO ADMINISTRATIVO</b>				
<b>CARGA HORÁRIA TOTAL:</b>	<b>60</b>	<b>CRÉDITOS:</b>	<b>04</b>	<b>CÓDIGO:</b>	<b>DIR 02-07772</b>
<b>Característica:</b>		<b>Cursos:</b>			
<input type="checkbox"/> Obrigatória		<b>DIREITO</b>			
<input checked="" type="checkbox"/> Eletiva restrita					
<input type="checkbox"/> Eletiva definida					
<input type="checkbox"/> Eletiva universal					
<b>Carga Horária</b>		<b>Distribuição da Carga horária da Disciplina</b>			
<b>do Aluno</b>  <b>30</b>	<b>do Professor</b>  <b>30</b>	<b>Tipo de aula</b>	<b>Semanal</b>	<b>Semestral</b>	
		Teórica	<b>02</b>	<b>30</b>	
		Prática			
		Laboratório			
		Estágio			
		<b>Total</b>	<b>02</b>	<b>30</b>	
<b>Objetivos:</b> Aprofundar discussões e conteúdos programáticos de Direito Administrativo.					
<b>Pré-requisito:</b> <b>DIREITO ADMINISTRATIVO I</b>				<b>Código:</b> <b>DIR 02-01921</b>	
<b>Co-requisito:</b>				<b>Código:</b>	
<b>Ementa:</b> Conteúdo variável.					
<b>Bibliografia (Clássica / Básica da área):</b> A ser indicada pelo professor, de acordo com os tópicos abordados.					

	<b>UNIDADE: FACULDADE DE DIREITO</b>				
	<b>DEPARTAMENTO: DIREITO DO ESTADO</b>				
	<b>DISCIPLINA: GRUPO DE PESQUISA INSTITUCIONAL EM DIREITO CONSTITUCIONAL</b>				
<b>CARGA HORÁRIA TOTAL:</b>	<b>60</b>	<b>CRÉDITOS:</b>	<b>04</b>	<b>CÓDIGO:</b>	<b>DIR 02-07773</b>
<b>Característica:</b>		<b>Cursos:</b>			
<input type="checkbox"/> Obrigatória		<b>DIREITO</b>			
<input checked="" type="checkbox"/> Eletiva restrita					
<input type="checkbox"/> Eletiva definida					
<input type="checkbox"/> Eletiva universal					
<b>Carga Horária</b>		<b>Distribuição da Carga horária da Disciplina</b>			
<b>do Aluno</b>	<b>do Professor</b>	<b>Tipo de aula</b>	<b>Semanal</b>	<b>Semestral</b>	
<b>30</b>	<b>30</b>	Teórica	<b>02</b>	<b>30</b>	
		Prática			
		Laboratório			
		Estágio			
		<b>Total</b>	<b>02</b>	<b>30</b>	
<b>Objetivos:</b> Aprofundar discussões e conteúdos programáticos de Direito Constitucional.					
<b>Pré-requisito:</b> <b>DIREITO CONSTITUCIONAL I</b>				<b>Código:</b> <b>DIR 02-07411</b>	
<b>Co-requisito:</b>				<b>Código:</b>	
<b>Ementa:</b> Conteúdo variável.					
<b>Bibliografia (Clássica / Básica da área):</b> A ser indicada pelo professor, de acordo com os tópicos abordados.					

	<b>UNIDADE: FACULDADE DE DIREITO</b>				
	<b>DEPARTAMENTO: DIREITO DO ESTADO</b>				
	<b>DISCIPLINA: GRUPO DE PESQUISA INSTITUCIONAL EM DIREITO FINANCEIRO</b>				
<b>CARGA HORÁRIA TOTAL:</b>	<b>60</b>	<b>CRÉDITOS:</b>	<b>04</b>	<b>CÓDIGO:</b>	<b>DIR 02-07774</b>
<b>Característica:</b>		<b>Cursos:</b>			
<input type="checkbox"/>	<b>Obrigatória</b>	<b>DIREITO</b>			
<input checked="" type="checkbox"/>	<b>Eletiva restrita</b>				
<input type="checkbox"/>	<b>Eletiva definida</b>				
<input type="checkbox"/>	<b>Eletiva universal</b>				
<b>Carga Horária</b>		<b>Distribuição da Carga horária da Disciplina</b>			
<b>do Aluno</b>	<b>do Professor</b>	<b>Tipo de aula</b>	<b>Semanal</b>	<b>Semestral</b>	
<b>30</b>	<b>30</b>	<b>Teórica</b>	<b>02</b>	<b>30</b>	
		<b>Prática</b>			
		<b>Laboratório</b>			
		<b>Estágio</b>			
		<b>Total</b>	<b>02</b>	<b>30</b>	
<b>Objetivos:</b> Aprofundar discussões e conteúdos programáticos de Direito Financeiro.					
<b>Pré-requisito:</b> <b>DIREITO FINANCEIRO I</b>				<b>Código:</b> <b>DIR 02-07449</b>	
<b>Co-requisito:</b>				<b>Código:</b>	
<b>Ementa:</b> Conteúdo variável.					
<b>Bibliografia (Clássica / Básica da área):</b> A ser indicada pelo professor, de acordo com os tópicos abordados.					

	<b>UNIDADE: FACULDADE DE DIREITO</b>				
	<b>DEPARTAMENTO: DIREITO DO ESTADO</b>				
	<b>DISCIPLINA: GRUPO DE PESQUISA INSTITUCIONAL EM DIREITO INTERNACIONAL</b>				
<b>CARGA HORÁRIA TOTAL:</b>	<b>60</b>	<b>CRÉDITOS:</b>	<b>04</b>	<b>CÓDIGO:</b>	<b>DIR 02-07775</b>
<b>Característica:</b>		<b>Cursos:</b>			
<input type="checkbox"/> Obrigatória		<b>DIREITO</b>			
<input checked="" type="checkbox"/> Eletiva restrita					
<input type="checkbox"/> Eletiva definida					
<input type="checkbox"/> Eletiva universal					
<b>Carga Horária</b>		<b>Distribuição da Carga horária da Disciplina</b>			
<b>do Aluno</b>	<b>do Professor</b>	<b>Tipo de aula</b>	<b>Semanal</b>	<b>Semestral</b>	
<b>30</b>	<b>30</b>	<b>Teórica</b>	<b>02</b>	<b>30</b>	
		<b>Prática</b>			
		<b>Laboratório</b>			
		<b>Estágio</b>			
		<b>Total</b>	<b>02</b>	<b>30</b>	
<b>Objetivos:</b> Aprofundar discussões e conteúdos programáticos de Direito Internacional Público.					
<b>Pré-requisito:</b> <b>DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO I</b>				<b>Código:</b> <b>DIR 02-07404</b>	
<b>Co-requisito:</b>				<b>Código:</b>	
<b>Ementa:</b> Conteúdo variável.					
<b>Bibliografia (Clássica / Básica da área):</b> A ser indicada pelo professor, de acordo com os tópicos abordados.					

	<b>UNIDADE: FACULDADE DE DIREITO</b>				
	<b>DEPARTAMENTO: DIREITO DO ESTADO</b>				
	<b>DISCIPLINA: Grupo de Pesquisa Institucional em Direito Administrativo: AGÊNCIAS REGULADORAS</b>				
<b>CARGA HORÁRIA TOTAL:</b>	<b>60</b>	<b>CRÉDITOS:</b>	<b>04</b>	<b>CÓDIGO:</b>	<b>DIR 02-08617</b>
<b>Característica:</b>		<b>Cursos:</b>			
<input type="checkbox"/> Obrigatória		<b>DIREITO</b>			
<input checked="" type="checkbox"/> Eletiva restrita					
<input type="checkbox"/> Eletiva definida					
<input type="checkbox"/> Eletiva universal					
<b>Carga Horária</b>		<b>Distribuição da Carga horária da Disciplina</b>			
<b>do Aluno</b>  <b>30</b>	<b>do Professor</b>  <b>30</b>	<b>Tipo de aula</b>	<b>Semanal</b>	<b>Semestral</b>	
		<b>Teórica</b>	<b>02</b>	<b>30</b>	
		<b>Prática</b>			
		<b>Laboratório</b>			
		<b>Estágio</b>			
		<b>Total</b>	<b>02</b>	<b>30</b>	
<b>Objetivos:</b>					
<p>Faz-se necessário um breve relato da evolução política e econômica do Brasil, para se abordar o assunto em questão — o papel das agências reguladoras federais.</p> <p>Ao Estado brasileiro, constitucionalmente, cabe o dever de fornecer, à população, serviços básicos de sobrevivência, tais como educação e saúde, bem como a prestação de alguns serviços públicos, a saber: sistema de telefonia, sistema de energia elétrica, entre outros. Esses serviços, a priori, tinham como objetivo, além do lucro necessário para se manter e arrecadar impostos, a visão social da atividade, já que à população carente era facultada a oportunidade de utilizá-los através de tarifas reduzidas.</p> <p>Através dos avanços tecnológicos ocorridos nos últimos anos e com o sucateamento inegável de alguns setores da economia pública, nos deparamos com o ideal da privatização, que é utilizada em todo o mundo moderno. No Brasil, este instituto jurídico começou a ser utilizado mais largamente a partir do Governo Collor, que se autointitulava neoliberal.</p> <p>A privatização tem como principal fim a prestação de serviço, que em sua essência seria público, por uma concessionária privada, que possui alto capital de investimento, visto que em sua grande maioria pertence a grupos econômicos com abrangência em vários mercados mundiais. Esses serviços de natureza pública não são passados em definitivo para a iniciativa privada, mas sim através do instituto da concessão, dada a importância do bom atendimento das necessidades fundamentais da população.</p> <p>O Estado, por sua vez, fica com a responsabilidade de regular e fiscalizar os fornecimentos desses serviços.</p>					
<b>Pré-requisito:</b>				<b>Código:</b>	
<b>Co-requisito:</b>				<b>Código:</b>	
<b>Ementa:</b>					
<p>O moderno Direito Administrativo como Direito Regulador. As novas técnicas regulatórias e os entes reguladores autônomos. Visão comparada, perspectiva histórica. O perfil dos entes reguladores do Direito Administrativo moderno.</p>					
<b>Bibliografia (Clássica / Básica da área):</b>					
<p>BASTOS, Celso Ribeiro. <i>Curso de Direito Administrativo</i>. São Paulo: Saraiva, 1999.</p> <p>CRETELLA JÚNIOR, José. <i>Manual de Direito Administrativo</i>. Rio de Janeiro: Forense: 1989.</p> <p>DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. <i>Direito Administrativo</i>. São Paulo: Atlas, 2001.</p> <p>MORAES, Alexandre de. <i>Direito Constitucional</i>. São Paulo: Atlas, 2001.</p>					

	<b>UNIDADE: FACULDADE DE DIREITO</b>				
	<b>DEPARTAMENTO: DIREITO DO ESTADO</b>				
	<b>DISCIPLINA: Grupo de Pesquisa Institucional em Direito Administrativo: ATOS ADMINISTRATIVOS</b>				
<b>CARGA HORÁRIA TOTAL:</b>	<b>60</b>	<b>CRÉDITOS:</b>	<b>04</b>	<b>CÓDIGO:</b>	<b>DIR 02-08618</b>
<b>Característica:</b>		<b>Cursos:</b>			
<input type="checkbox"/>	<b>Obrigatória</b>	<b>DIREITO</b>			
<input checked="" type="checkbox"/>	<b>Eletiva restrita</b>				
<input type="checkbox"/>	<b>Eletiva definida</b>				
<input type="checkbox"/>	<b>Eletiva universal</b>				
<b>Carga Horária</b>		<b>Distribuição da Carga horária da Disciplina</b>			
<b>do Aluno</b>	<b>do Professor</b>	<b>Tipo de aula</b>	<b>Semanal</b>	<b>Semestral</b>	
<b>30</b>	<b>30</b>	<b>Teórica</b>	<b>02</b>	<b>30</b>	
		<b>Prática</b>			
		<b>Laboratório</b>			
		<b>Estágio</b>			
		<b>Total</b>	<b>02</b>	<b>30</b>	
<b>Objetivos:</b>					
Estudar a legislação nacional e internacional referente aos atos administrativos, com visão prática e objetiva, mediante análise de casos concretos e estudo de questões polêmicas.					
<b>Pré-requisito:</b>				<b>Código:</b>	
<b>Co-requisito:</b>				<b>Código:</b>	
<b>Ementa:</b>					
Conceito. Campo de Aplicação. Relação com os demais ramos do Direito. Fontes de Direito Administrativo. Administração Pública. Relação do Direito Administrativo. Regime Jurídico-Administrativo. Princípios Constitucionais do Direito Administrativo. Poderes Administrativos. Organização Administrativa. Órgãos Administrativos. Atos Administrativos. Noções Gerais sobre Procedimento Administrativo. Licitação. Contratos Administrativos.					
<b>Bibliografia (Clássica / Básica da área):</b>					
CARVALHO FILHO, José dos Santos. <i>Manual de Direito Administrativo</i> . Rio de Janeiro: Lumen Juris.					
DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. <i>Direito Administrativo</i> . São Paulo: Atlas.					
FRIEDE, Reis. <i>Lições Objetivas de Direito Administrativo</i> . São Paulo: Saraiva.					
MELLO, Celso Antonio Bandeira de. <i>Curso de Direito Administrativo</i> . São Paulo: Malheiros.					
MEIRELLES, Hely Lopes. <i>Direito Administrativo Brasileiro</i> . São Paulo: Malheiros.					
MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. <i>Curso de Direito Administrativo</i> . Rio de Janeiro: Forense.					

	<b>UNIDADE: FACULDADE DE DIREITO</b>				
	<b>DEPARTAMENTO: DIREITO DO ESTADO</b>				
	<b>DISCIPLINA: Grupo de Pesquisa Institucional em Direito Constitucional: GARANTIAS DOS DIREITOS HUMANOS</b>				
<b>CARGA HORÁRIA TOTAL:</b>	<b>60</b>	<b>CRÉDITOS:</b>	<b>04</b>	<b>CÓDIGO:</b>	<b>DIR 02-08619</b>
<b>Característica:</b>		<b>Cursos:</b>			
<input type="checkbox"/> Obrigatória		<b>DIREITO</b>			
<input checked="" type="checkbox"/> Eletiva restrita					
<input type="checkbox"/> Eletiva definida					
<input type="checkbox"/> Eletiva universal					
<b>Carga Horária</b>		<b>Distribuição da Carga horária da Disciplina</b>			
<b>do Aluno</b>	<b>do Professor</b>	<b>Tipo de aula</b>	<b>Semanal</b>	<b>Semestral</b>	
<b>30</b>	<b>30</b>	<b>Teórica</b>	<b>02</b>	<b>30</b>	
		<b>Prática</b>			
		<b>Laboratório</b>			
		<b>Estágio</b>			
		<b>Total</b>	<b>02</b>	<b>30</b>	
<b>Objetivos:</b>					
Analisar a formação do sistema jurídico-processual no seu contexto histórico. Propostas e alternativas para a democratização de Justiça, a concretização da cidadania e a garantia dos direitos humanos.					
<b>Pré-requisito:</b>				<b>Código:</b>	
<b>Co-requisito:</b>				<b>Código:</b>	
<b>Ementa:</b>					
Demonstrar que o Direito, com todo o seu instrumento técnico, especialmente o Direito Constitucional, têm um papel a desempenhar na solução do problema da distribuição de bens sociais. Intenta-se responder à seguinte pergunta: qual é a eficácia jurídica dos princípios e das regras constitucionais que tratam da dignidade da pessoa humana, especialmente daquelas que impõem ao Estado o fornecimento de determinados bens ou serviços; e o que se pode exigir judicialmente com fundamento em tais normas.					
<b>Bibliografia (Clássica / Básica da área):</b>					
ARAÚJO, Luiz Alberto David & SERRANO JÚNIOR, Vidal. <i>Curso de Direito Constitucional</i> . São Paulo: Saraiva.					
BARRETO, Vicente (org.). <i>O Liberalismo e a Constituição de 1988. Textos selecionados de Rui Barbosa</i> . Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.					
BASTOS, Celso Ribeiro. <i>Curso de Direito Constitucional</i> . São Paulo: Saraiva.					
BONAVIDES, Paulo. <i>Curso de Direito Constitucional</i> . São Paulo: Malheiros.					
CANOTILHO, J.J. Gomes. <i>Fundamentos da Constituição</i> . Coimbra Universidade de Coimbra Edições.					
MORAES, Alexandre de. <i>Constituição Federal Interpretada</i> . São Paulo: Atlas.					
SILVA, José Afonso da. <i>Aplicabilidade das normas constitucionais</i> . São Paulo: Malheiros.					
_____. <i>Curso de Direito Constitucional Positivo</i> . São Paulo: Malheiros.					



	<b>UNIDADE: FACULDADE DE DIREITO</b>				
	<b>DEPARTAMENTO: DIREITO DO ESTADO</b>				
	<b>Grupo de Pesquisa Institucional em DISCIPLINA: Direito Constitucional: POLÍTICA DE AÇÃO AFIRMATIVA</b>				
<b>CARGA HORÁRIA TOTAL:</b>	<b>60</b>	<b>CRÉDITOS:</b>	<b>04</b>	<b>CÓDIGO:</b>	<b>DIR 02-08620</b>
<b>Característica:</b>		<b>Cursos:</b>			
<input type="checkbox"/> <b>Obrigatória</b>		<b>DIREITO</b>			
<input checked="" type="checkbox"/> <b>Eletiva restrita</b>					
<input type="checkbox"/> <b>Eletiva definida</b>					
<input type="checkbox"/> <b>Eletiva universal</b>					
<b>Carga Horária</b>		<b>Distribuição da Carga horária da Disciplina</b>			
<b>do Aluno</b>	<b>do Professor</b>	<b>Tipo de aula</b>	<b>Semanal</b>	<b>Semestral</b>	
<b>30</b>	<b>30</b>	<b>Teórica</b>	<b>02</b>	<b>30</b>	
		<b>Prática</b>			
		<b>Laboratório</b>			
		<b>Estágio</b>			
		<b>Total</b>	<b>02</b>	<b>30</b>	
<b>Objetivos:</b>					
<p>O recente debate sobre cotas no Brasil tem permitido trazer, para a superfície da discussão sócio política do país, os problemas dos grupos historicamente discriminados. O equívoco consiste em enfatizar a modalidade mais polêmica das políticas de ação de afirmativa, que tem servido, em vários países, para minimizar os pesados custos sociais às populações que foram colonizadas, externa e internamente, em países, hoje considerados multirraciais ou multiétnicos, que procuram se pautar pela construção e pelo aprofundamento dos ideais democráticos. A ação afirmativa, originária do Direito Norte-americano, implantou-se no cenário mundial e vem, há algum tempo, sendo objeto também de propostas no legislativo brasileiro, algumas até já consagradas em lei, outras ainda em debate. Consubstancia-se na aplicação do princípio da igualdade jurídica, por meio de medidas que assegurem a igualdade de oportunidades a seguimentos sociais que se encontram em posições desfavoráveis (especialmente mulheres, negros, deficientes físicos e populações indígenas): medidas de desigualização em seu favor seriam positivas para corrigir as desvantagens e discriminações experimentadas. A viabilização dessa ação no sistema jurídico brasileiro, pela análise principalmente da experiência norte-americana, é a finalidade última dessa disciplina, que contribuirá decisivamente para a necessária reorganização da injusta sociedade brasileira.</p>					
<b>Pré-requisito:</b>				<b>Código:</b>	
<b>Co-requisito:</b>				<b>Código:</b>	

**Ementa:**

1. O Princípio da igualdade. 2. A igualdade jurídica nos EUA: 2.1. A doutrina dos separados mas iguais; 2.2. Os reflexos da 2ª Guerra Mundial; 2.3. A revisão da doutrina dos separados mas iguais; 2.4. O surgimento a firma tive actions; 2.5. As ações afirmativas nas universidades: o caso Bakke. 3. Discriminação: 3.1. Classificação das discriminações; 3.2. Discriminação e intencional ou tratamento discriminatório; 3.3. Exceções: hipóteses de discriminação legítima; 3.4. Teoria do impacto desproporcional; 3.5. Discriminação na aplicação do direito; 3.6. Discriminação de fato; 3.7. Discriminação manifesta ou presumida. 4. Ações afirmativas: 4.1. Ação afirmativa e as cotas; 4.2. Fundamentos constitucionais da ação afirmativa. 5. Ação afirmativa do direito brasileiro: 5.1. Ação afirmativa e raça; 5.2. O vestibular das universidades públicas estaduais do Rio de Janeiro.

**Bibliografia (Clássica / Básica da área):**

DIAS, Marcelo. *Pronunciamentos do Deputado Federal Luiz Alberto PT/BH e do Deputado Estadual Marcelo Dias PT/RJ sobre os 110 Anos da Abolição*. Disponível em [www.marcelodias.org.br](http://www.marcelodias.org.br).

DREIFUSS, René Armand. *Política, Poder, Estado e Força – uma leitura de Weber*. Petrópolis: Editora Vozes.

DWORKIN, Ronald. *Uma Onda de Decisões Judiciais e de Novas Leis ameaça eliminar as Vantagens das Minorias*. Disponível em [www.estado.estadão.com.br](http://www.estado.estadão.com.br).

JONES JUNIOR, James E. "The Rise and Fail of Affirmative Action" In *Race in America: The Struggle For Equality*. Madison: University of Winsconsin Press.

MINC, Carlos. *Projeto de Lei nº 89/99*. Disponível em [www.alerj.gov.br/minc](http://www.alerj.gov.br/minc).

PAIM, Paulo. *Projeto de Lei nº 3.198, de Março de 2000*. Disponível em [www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br).

SANT'ANA, Wania & PAIXÃO, Marcelo. *Muito Além da Senzala: Ação Afirmativa no Brasil*. Disponível em [www.ibase.br/paginas/wania.htm](http://www.ibase.br/paginas/wania.htm).

SANTOS, Edson. *Ação Afirmativa Contra o Racismo*. Disponível em [www.camara.rj.gov.br](http://www.camara.rj.gov.br).

SANTOS, Hélio. *Políticas de Ação Afirmativa*. Disponível em [www.mj.gov.br](http://www.mj.gov.br).

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no Branco – Raça e Nacionalidade no Pensamento Brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

	<b>UNIDADE: FACULDADE DE DIREITO</b>				
	<b>DEPARTAMENTO: DIREITO DO ESTADO</b>				
	<b>Grupo de Pesquisa Institucional em Direito</b> <b>DISCIPLINA: Internacional: DIREITO INTERNACIONAL DO DESENVOLVIMENTO</b>				
<b>CARGA HORÁRIA TOTAL:</b>	<b>60</b>	<b>CRÉDITOS:</b>	<b>04</b>	<b>CÓDIGO:</b>	<b>DIR 02-08622</b>
<b>Característica:</b>		<b>Cursos:</b>			
<input type="checkbox"/>	<b>Obrigatória</b>	<b>DIREITO</b>			
<input checked="" type="checkbox"/>	<b>Eletiva restrita</b>				
<input type="checkbox"/>	<b>Eletiva definida</b>				
<input type="checkbox"/>	<b>Eletiva universal</b>				
<b>Carga Horária</b>		<b>Distribuição da Carga horária da Disciplina</b>			
<b>do Aluno</b>	<b>do Professor</b>	<b>Tipo de aula</b>	<b>Semanal</b>	<b>Semestral</b>	
<b>30</b>	<b>30</b>	<b>Teórica</b>	<b>02</b>	<b>30</b>	
		<b>Prática</b>			
		<b>Laboratório</b>			
		<b>Estágio</b>			
		<b>Total</b>	<b>02</b>	<b>30</b>	
<b>Objetivos:</b>					
Pretende-se elaborar um estudo crítico dos princípios, normas, processos e instituições bem como das atitudes em face do Direito, ou diante do aparato administrador da norma jurídica. As diferentes posições de cientistas políticos, sociólogos e economistas diante do problema do desenvolvimento. Exame crítico de institutos e instituições existentes no país e a capacidade das mesmas em responder às necessidades de uma sociedade em mutação. Exame do tipo de respostas que as instituições e institutos geralmente produzem por meio de seus sistemas formais (legais). O problema das organizações radicais e das respostas institucionais. A participação das instituições jurídicas no drama do desenvolvimento, quer induzindo-o, dirigindo-o, ou obstando-o.					
<b>Pré-requisito:</b>				<b>Código:</b>	
<b>Co-requisito:</b>				<b>Código:</b>	
<b>Ementa:</b>					
Introdução. Sociedade internacional. Conceito. Origem e evolução. Atores Internacionais. Organismos Internacionais. ONU. IMO. OMC. OMA. OCD. UNCTAD. Direito Internacional Público e Direito Internacional Privado. Conceitos. Origens e evolução. Fontes do Direito Internacional. Convenções e Tratados. O processo de ratificação. Tratado normativo x Tratado contratado. Atos unilaterais e decisões dos organismos internacionais. Relações entre Direito Interno e Direito Internacional. As decisões do STF. Casos práticos.					

**Bibliografia (Clássica / Básica da área):**

- ACCIOLY, Hildebrando. *Manual de Direito Internacional Público*. São Paulo: Saraiva.
- BOBBIO, Norberto. *A Era dos Direitos*. Rio de Janeiro: Campus.
- BRUM, Argemiro J. *Desenvolvimento econômico brasileiro*. Ijuí: Unijuí.
- BUARQUE, Cristovam. *A desordem do progresso*. São Paulo: Paz e Terra.
- CAPRA, Fritjof. *O ponto de mutação*. São Paulo: Cultrix.
- DELGADO, Ana Paula Teixeira. *O direito ao desenvolvimento na perspectiva da globalização. Paradoxos e desafios*. São Paulo: Renovar.
- FARIA, José Eduardo. *O direito na economia globalizada*. São Paulo: Malheiros.
- \_\_\_\_\_. *O futuro dos direitos humanos após a globalização econômica*. In: JÚNIOR, Alberto do Amaral, MOISÉS, Cláudia Perrone (org.). *O cinquentenário da declaração universal dos direitos do homem*. São Paulo: Edusp.
- GARCIA-AMADOR, F. V. *El derecho internacional del desarrollo una nueva dimension del derecho internacional econômico*. Madrid: Editorial Civitas S. A.
- HAQ, Mahbub ul. *O paradigma do desenvolvimento humano sustentável*. In: [www.undp.org.br](http://www.undp.org.br).
- IANNI, Octavio. *A sociedade global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- IHERING, Rudolf Von. *A luta pelo direito*. 16ª ed. Rio de Janeiro: Forense.
- ISA, Felipe Gomez. *Cuadernos deusto de derechos humanos. el derechos humanosal desarrollo: entre la justicia y la solidaridad*. Bilbao: Universidade Deusto.
- LAFER, Celso. *A reconstrução dos direitos humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt*. São Paulo: Companhia das Letras.
- MARCIAL, Danielle, ROBERT, Cínthia, SÉGUIN, Elida. *O direito do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Lumen Juris.
- MELLO, Celso de Albuquerque. *Curso de Direito Internacional Público*. Rio de Janeiro: Renovar.
- MOISÉS, Cláudia Perrone. *Direito ao desenvolvimento e investimentos estrangeiros*. São Paulo: Oliveira Mendes.
- MORIN, Edgar. *Introdução à política do homem – argumentos políticos*. São Paulo: Forense.
- \_\_\_\_\_. *Terra-pátria*. Porto Alegre: Sulina.
- RANGEL, Vicente Marotta. *Direitos e relações internacionais*. São Paulo: Revista dos Tribunais.
- SILVA, Geraldo Eulálio do Nascimento. *Direito ambiental internacional. Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e os desafios da nova ordem mundial*. Rio de Janeiro: Thex.
- SOUZA, Washington Peluso Albino de. *Primeiras linhas de direito econômico*. São Paulo: LTD.
- TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. *A proteção internacional dos direitos humanos – fundamentos jurídicos e instrumentos básicos*. São Paulo: Saraiva.
- \_\_\_\_\_. *O legado da declaração universal e o futuro da proteção internacional dos direitos humanos*. In: JÚNIOR, Alberto do Amaral, MOISÉS, Cláudia Perrone (org.). *O cinquentenário da declaração universal dos direitos do homem*. São Paulo: Edusp.

	<b>UNIDADE: FACULDADE DE DIREITO</b>				
	<b>DEPARTAMENTO: DIREITO DO ESTADO</b>				
	<b>Grupo de Pesquisa Institucional em</b> <b>DISCIPLINA: Direito Internacional: TERRORISMO E DIREITOS HUMANOS</b>				
<b>CARGA HORÁRIA TOTAL:</b>	<b>60</b>	<b>CRÉDITOS:</b>	<b>04</b>	<b>CÓDIGO:</b>	<b>DIR 02-08623</b>
<b>Característica:</b>		<b>Cursos:</b>			
<input type="checkbox"/>	<b>Obrigatória</b>	<b>DIREITO</b>			
<input checked="" type="checkbox"/>	<b>Eletiva restrita</b>				
<input type="checkbox"/>	<b>Eletiva definida</b>				
<input type="checkbox"/>	<b>Eletiva universal</b>				
<b>Carga Horária</b>		<b>Distribuição da Carga horária da Disciplina</b>			
<b>do Aluno</b>	<b>do Professor</b>	<b>Tipo de aula</b>	<b>Semanal</b>	<b>Semestral</b>	
<b>30</b>	<b>30</b>	<b>Teórica</b>	<b>02</b>	<b>30</b>	
		<b>Prática</b>			
		<b>Laboratório</b>			
		<b>Estágio</b>			
		<b>Total</b>	<b>02</b>	<b>30</b>	
<b>Objetivos:</b>					
Estudar a problemática gerada pelo terrorismo no plano do Direito Internacional.					
<b>Pré-requisito:</b>				<b>Código:</b>	
<b>Co-requisito:</b>				<b>Código:</b>	
<b>Ementa:</b>					
Analisar os principais Tratados e Convenções sobre o tema; Discutir o terrorismo como crime transfronteiriço e sua repercussão no campo do Direito Internacional, analisando temas como: extradição de terroristas, competência jurisdicional, processo penal, responsabilidade do Estado, medidas de enfrentamento do problema. Terrorismo e Direito Internacional. Análise das principais Convenções e Tratados.					
<b>Bibliografia (Clássica / Básica da área):</b>					
BRANT, Leonardo Nemer Caldeira (coord.). <i>Terrorismo e Direito</i> . Rio de Janeiro: Forense.					
FRAGOSO, Heleno Cláudio. <i>Terrorismo e Criminalidade Política</i> . Dissertação apresentada no concurso para Professor Titular de Direito Penal da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.					
SOARES, Denise de Souza. <i>De Marx a Deus – os tortuosos caminhos do terrorismo internacional</i> . Rio de Janeiro: Renovar.					

	<b>UNIDADE: FACULDADE DE DIREITO</b>				
	<b>DEPARTAMENTO: DIREITO DO ESTADO</b>				
	<b>Grupo de Pesquisa Institucional em</b> <b>DISCIPLINA: Direito Constitucional: LIMITES À</b> <b>ATUAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO</b>				
<b>CARGA HORÁRIA TOTAL:</b>	<b>60</b>	<b>CRÉDITOS:</b>	<b>04</b>	<b>CÓDIGO:</b>	<b>DIR 02-10591</b>
<b>Característica:</b>		<b>Cursos:</b>			
<input type="checkbox"/>	<b>Obrigatória</b>	<b>DIREITO</b>			
<input checked="" type="checkbox"/>	<b>Eletiva restrita</b>				
<input type="checkbox"/>	<b>Eletiva definida</b>				
<input type="checkbox"/>	<b>Eletiva universal</b>				
<b>Carga Horária</b>		<b>Distribuição da Carga horária da Disciplina</b>			
<b>do Aluno</b>	<b>do Professor</b>	<b>Tipo de aula</b>	<b>Semanal</b>	<b>Semestral</b>	
<b>30</b>	<b>30</b>	<b>Teórica</b>	<b>02</b>	<b>30</b>	
		<b>Prática</b>			
		<b>Laboratório</b>			
		<b>Estágio</b>			
		<b>Total</b>	<b>02</b>	<b>30</b>	
<b>Objetivos:</b>					
Iniciar a discussão acerca do ativismo judicial.					
<b>Pré-requisito:</b>				<b>Código:</b>	
<b>DIREITO CONSTITUCIONAL IV</b>				<b>DIR 02-00759</b>	
<b>Co-requisito:</b>				<b>Código:</b>	
<b>Ementa:</b>					
Democracia. Estado de Direito. Separação de Poderes. Constitucionalismo. Jurisdição. Ponderação de Interesses. Hermenêutica Constitucional. Acesso à Justiça.					
<b>Bibliografia (Clássica / Básica da área):</b>					
ACKERMAN, Bruce. <i>We, the People. Foundations</i> . Cambridge: Harvard University Press, 1973.					
_____. <i>We, the People. Transformations</i> . Cambridge: Harvard University Press, 2002.					
ALEXY, Robert. <i>Direitos Fundamentais no Estado Constitucional Democrático. A Relação entre Direitos do Homem, Direitos Fundamentais, Democracia e Jurisdição Constitucional</i> . Revista de Direito Administrativo, nº 217, jul./set. 1999.					
_____. <i>Teoría de los Derechos Fundamentales</i> . Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1993.					
CAPPELLETTI, Mauro. <i>Juízes Legisladores</i> . Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1999.					
DWORKIN, Ronald. <i>Freedom's Law. The Moral Reading of the American Constitution</i> . Cambridge: Harvard University Press, 1996.					
HABERMAS, Jürgen. <i>Direito e Democracia entre Facticidade e Validade</i> . 2º vol. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.					
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. <i>Jurisprudência</i> .					
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. <i>Jurisprudência</i> .					

	<b>UNIDADE: FACULDADE DE DIREITO</b>				
	<b>DEPARTAMENTO: DIREITO DO ESTADO</b>				
	<b>Grupo de Pesquisa Institucional em DISCIPLINA: Direito Eleitoral: FINANCIAMENTO DE CAMPANHA E PRESTAÇÃO DE CONTAS</b>				
<b>CARGA HORÁRIA TOTAL:</b>	<b>60</b>	<b>CRÉDITOS:</b>	<b>04</b>	<b>CÓDIGO:</b>	<b>DIR 02-10632</b>
<b>Característica:</b>		<b>Cursos:</b>			
<input type="checkbox"/> <b>Obrigatória</b>		<b>DIREITO</b>			
<input checked="" type="checkbox"/> <b>Eletiva restrita</b>					
<input type="checkbox"/> <b>Eletiva definida</b>					
<input type="checkbox"/> <b>Eletiva universal</b>					
<b>Carga Horária</b>		<b>Distribuição da Carga horária da Disciplina</b>			
<b>do Aluno</b>	<b>do Professor</b>	<b>Tipo de aula</b>	<b>Semanal</b>	<b>Semestral</b>	
<b>30</b>	<b>30</b>	<b>Teórica</b>	<b>02</b>	<b>30</b>	
		<b>Prática</b>			
		<b>Laboratório</b>			
		<b>Estágio</b>			
		<b>Total</b>	<b>02</b>	<b>30</b>	
<b>Objetivos:</b>					
Estudar o problema do financiamento das campanhas eleitorais, os mecanismos de controle dos processos políticos eleitorais e as prestações de contas de campanha no sentido de delimitar as necessárias correlações entre a ética e a política.					
<b>Pré-requisito:</b> <b>DIREITO CONSTITUCIONAL II</b>				<b>Código:</b> <b>DIR 02-07417</b>	
<b>Co-requisito:</b>				<b>Código:</b>	
<b>Ementa:</b>					
Financiamento de campanhas eleitorais. Arrecadação e aplicação de recursos. Limites de gastos. Recibos eleitorais. Comitês financeiros dos partidos políticos. Origem dos recursos. Doações. Comercialização de bens e serviços, e realização de eventos. Gastos eleitorais. Recursos não identificados. Prestação de contas. Prazo para a prestação de contas. Dos obrigados à prestação de contas. Sobras de campanha. Processamento da prestação de contas. Análise e julgamento da prestação de contas.					
<b>Bibliografia (Clássica / Básica da área):</b>					
BARRETO, Lauro. <i>Investigação Judicial Eleitoral e Impugnação de Mandato Eletivo</i> . São Paulo: Edipro, 1994.					
CÂNDIDO, Joel J. <i>Inelegibilidades no Direito Brasileiro</i> . São Paulo: Edipro, 1999.					
CONEGLIAN, Olivar. <i>Propaganda Eleitoral: Aspectos Legais</i> . Curitiba: Juruá, 1992.					
JARDIM, Torquato. <i>Direito Eleitoral Positivo</i> . Brasília: Jurídica, 1998.					
KUNTZ, Ronald A. <i>Marketing Político: Manual de Campanha Eleitoral</i> . São Paulo: Global, 1986.					
MIRANDA, Jorge. <i>Estudos de Direito Eleitoral</i> . Lisboa: Lex, 1995.					
NIESS, Pedro Henrique Távora. <i>Ação de Impugnação de Mandato Eletivo</i> . São Paulo: Edipro, 1996.					
RIBEIRO, Fávila. <i>Abuso de Poder no Direito Eleitoral</i> . Rio de Janeiro: Forense, 1993.					
VALENTE, Luiz Ismaeli. <i>Crimes na Propaganda Eleitoral</i> . Belém: CEJUP, 1992.					

	<b>UNIDADE: FACULDADE DE DIREITO</b>				
	<b>DEPARTAMENTO: DIREITO DO ESTADO</b>				
	<b>DISCIPLINA: Grupo de Pesquisa Institucional em Direito Administrativo: PODER DE POLÍCIA</b>				
<b>CARGA HORÁRIA TOTAL:</b>	<b>60</b>	<b>CRÉDITOS:</b>	<b>04</b>	<b>CÓDIGO:</b>	<b>DIR 02-10635</b>
<b>Característica:</b>		<b>Cursos:</b>			
<input type="checkbox"/>	<b>Obrigatória</b>	<b>DIREITO</b>			
<input checked="" type="checkbox"/>	<b>Eletiva restrita</b>				
<input type="checkbox"/>	<b>Eletiva definida</b>				
<input type="checkbox"/>	<b>Eletiva universal</b>				
<b>Carga Horária</b>		<b>Distribuição da Carga horária da Disciplina</b>			
<b>do Aluno</b>	<b>do Professor</b>	<b>Tipo de aula</b>	<b>Semanal</b>	<b>Semestral</b>	
<b>30</b>	<b>30</b>	<b>Teórica</b>	<b>02</b>	<b>30</b>	
		<b>Prática</b>			
		<b>Laboratório</b>			
		<b>Estágio</b>			
		<b>Total</b>	<b>02</b>	<b>30</b>	
<b>Objetivos:</b>					
Em essência, o poder de polícia é a atividade da Administração Pública que impõe limites ao exercício de direitos e liberdades, em prol do interesse coletivo. É o mecanismo de frenagem de que dispõe a Administração Pública para conter os abusos do direito individual. Contudo, o poder de polícia também apresenta, num Estado Democrático de Direito, limites intimamente conectados aos direitos fundamentais. O objetivo deste grupo de pesquisa é precisamente a investigação acerca da tensão entre interesse público e privado no exercício do poder de polícia.					
<b>Pré-requisito:</b>				<b>Código:</b>	
<b>DIREITO ADMINISTRATIVO I</b>				<b>DIR 02-01921</b>	
<b>Co-requisito:</b>				<b>Código:</b>	
<b>Ementa:</b>					
Poder de Polícia: conceito. Características. Legitimidade. Fundamentos. Finalidade. Limites. Âmbito de atuação e repartição de competências. O Poder de Polícia e os Direitos Fundamentais. O interesse público e o privado no exercício do poder de polícia.					
<b>Bibliografia (Clássica / Básica da área):</b>					
BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. <i>Curso de Direito Administrativo</i> . São Paulo: Malheiros, 2000.					
_____. "Serviço público e poder de polícia: concessão e delegação." In: Revista Trimestral de Direito Público, v. 20. São Paulo: Malheiros, 1997.					
DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. <i>Direito Administrativo</i> . Atlas Editora: São Paulo, 2006.					
MEDAUAR, Odete. "Poder de Polícia". In: Revista de Direito Administrativo, nº 199, jan/mar. 1995. Rio de Janeiro: Renovar.					



	<b>UNIDADE: FACULDADE DE DIREITO</b>				
	<b>DEPARTAMENTO: DIREITO DO ESTADO</b>				
	<b>DISCIPLINA: Grupo de Pesquisa Institucional em Direito Constitucional: LIMITES À ATUAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO II</b>				
<b>CARGA HORÁRIA TOTAL:</b>	<b>60</b>	<b>CRÉDITOS:</b>	<b>04</b>	<b>CÓDIGO:</b>	<b>DIR 02-10645</b>
<b>Característica:</b>		<b>Cursos:</b>			
<input type="checkbox"/> <b>Obrigatória</b>		<b>DIREITO</b>			
<input checked="" type="checkbox"/> <b>Eletiva restrita</b>					
<input type="checkbox"/> <b>Eletiva definida</b>					
<input type="checkbox"/> <b>Eletiva universal</b>					
<b>Carga Horária</b>		<b>Distribuição da Carga horária da Disciplina</b>			
<b>do Aluno</b>	<b>do Professor</b>	<b>Tipo de aula</b>	<b>Semanal</b>	<b>Semestral</b>	
<b>30</b>	<b>30</b>	<b>Teórica</b>	<b>02</b>	<b>30</b>	
		<b>Prática</b>			
		<b>Laboratório</b>			
		<b>Estágio</b>			
		<b>Total</b>	<b>02</b>	<b>30</b>	
<b>Objetivos:</b> Dar continuidade aos estudos iniciados no Grupo de Pesquisa "Limites à Atuação do Poder Judiciário".					
<b>Pré-requisito:</b> <b>GRUPO DE PESQUISA INSTITUCIONAL EM DIREITO CONSTITUCIONAL: LIMITES À ATUAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO</b>				<b>Código:</b> <b>DIR 02-10591</b>	
<b>Co-requisito:</b>				<b>Código:</b>	
<b>Ementa:</b> Aprofundamento do conteúdo programático do Grupo de Pesquisa "Limites à Atuação do Poder Judiciário", verificando-se até que ponto deve ir o Poder Judiciário na proteção das garantias de direitos fundamentais.					
<b>Bibliografia (Clássica / Básica da área):</b> ACKERMAN, Bruce. <i>We, the People. Foundations</i> . Cambridge: Harvard University Press, 1973. _____. <i>We, the People. Transformations</i> . Cambridge: Harvard University Press, 2002. ALEXY, Robert. <i>Direitos Fundamentais no Estado Constitucional Democrático. A Relação entre Direitos do Homem, Direitos Fundamentais, Democracia e Jurisdição Constitucional</i> . Revista de Direito Administrativo, nº 217, jul./set. 1999. _____. <i>Teoría de los Derechos Fundamentales</i> . Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1993. CAPPELLETTI, Mauro. <i>Juízes Legisladores</i> . Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1999. DWORKIN, Ronald. <i>Freedom's Law. The Moral Reading of the American Constitution</i> . Cambridge: Harvard University Press, 1996. HABERMAS, Jürgen. <i>Direito e Democracia entre Facticidade e Validade</i> . 2º vol. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. <i>Jurisprudência</i> . SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. <i>Jurisprudência</i> .					

	<b>UNIDADE: FACULDADE DE DIREITO</b>				
	<b>DEPARTAMENTO: DIREITO DO ESTADO</b>				
	<b>DISCIPLINA:</b> Grupo de Pesquisa Institucional em Direito <b>Constitucional: LIBERDADES FUNDAMENTAIS E CORTES CONSTITUCIONAIS</b>				
<b>CARGA HORÁRIA TOTAL:</b>	<b>60</b>	<b>CRÉDITOS:</b>	<b>04</b>	<b>CÓDIGO:</b>	<b>DIR 02-11146</b>
<b>Característica:</b>		<b>Cursos:</b>			
<input type="checkbox"/> Obrigatória		<b>DIREITO</b>			
<input checked="" type="checkbox"/> Eletiva restrita					
<input type="checkbox"/> Eletiva definida					
<input type="checkbox"/> Eletiva universal					
<b>Carga Horária</b>		<b>Distribuição da Carga horária da Disciplina</b>			
<b>do Aluno</b>	<b>do Professor</b>	<b>Tipo de aula</b>	<b>Semanal</b>	<b>Semestral</b>	
<b>30</b>	<b>30</b>	<b>Teórica</b>	<b>02</b>	<b>30</b>	
		<b>Prática</b>			
		<b>Laboratório</b>			
		<b>Estágio</b>			
		<b>Total</b>	<b>02</b>	<b>30</b>	
<b>Objetivos:</b>					
<p>A pesquisa tem por objetivo geral realizar o levantamento e análise das principais controvérsias atinentes à proteção judicial dos direitos fundamentais de defesa nos sistemas constitucionais contemporâneos. Tal tarefa será empreendida tendo como ponto de partida leituras de trabalhos teóricos no domínio da teoria dos direitos fundamentais, visando a desenvolver a capacidade de reflexão dos estudantes e a capacitá-los para estudar e debater de forma ordenada as questões relacionadas à garantia de eficácia dos direitos no âmbito da teoria jurídica e da produção das cortes constitucionais. Em seqüência, serão enfocados as liberdades fundamentais em espécie, com destaque para as liberdades de expressão e de religião e os direitos à vida e à intimidade.</p>					
<b>Pré-requisito:</b>				<b>Código:</b>	
<b>DIREITO CONSTITUCIONAL II</b>				<b>DIR 02-07417</b>	
<b>Co-requisito:</b>				<b>Código:</b>	
<b>Ementa:</b>					
<p>Conceito, Estrutura e Função das normas de direitos fundamentais. A interpretação dos direitos fundamentais. Restrições aos direitos fundamentais. Ponderação, categorização e hierarquização dos direitos fundamentais. Aplicação dos direitos fundamentais nas relações privadas. Liberdade de expressão. Liberdade de religião. Intimidade e vida privada. Direito à vida e avanços tecnológicos.</p>					
<b>Bibliografia (Clássica / Básica da área):</b>					
<p>ALEXY, Robert. <i>Teoria de los derechos fundamentales</i>. Madrid: CEC, 2001.  ANDRADE, José Carlos V. <i>Os direitos fundamentais na Constituição Portuguesa de 1976</i>. Coimbra: Almedina, 2001.  FIORAVANTI, Maurizio. <i>Los derechos fundamentales: apuntes de historia de las constituciones</i>. Madrid: Trotta, 2000.  PECES-BARBA MARTINEZ, Gregório. <i>Curso de derechos fundamentales</i>. Madrid: Universidad Carlos III, 1995.  PEREIRA, Jane Reis Gonçalves. <i>Interpretação constitucional e direitos fundamentais: uma contribuição ao estudo das restrições aos direitos fundamentais na perspectiva da teoria dos princípios</i>. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.  SARLET, Ingo Wolfgang. <i>Eficácia dos direitos fundamentais</i>. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998.</p>					

	<b>UNIDADE: FACULDADE DE DIREITO</b>				
	<b>DEPARTAMENTO: DIREITO DO ESTADO</b>				
	<b>DISCIPLINA: Grupo de Pesquisa Institucional em Direito Constitucional: ESTUDO SOBRE A JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO PÓS CONSTITUIÇÃO DE 1988</b>				
<b>CARGA HORÁRIA TOTAL:</b>	<b>60</b>	<b>CRÉDITOS:</b>	<b>04</b>	<b>CÓDIGO:</b>	<b>DIR 02-11150</b>
<b>Característica:</b>		<b>Cursos:</b>			
<input type="checkbox"/> Obrigatória		<b>DIREITO</b>			
<input checked="" type="checkbox"/> Eletiva restrita					
<input type="checkbox"/> Eletiva definida					
<input type="checkbox"/> Eletiva universal					
<b>Carga Horária</b>		<b>Distribuição da Carga horária da Disciplina</b>			
<b>do Aluno</b>	<b>do Professor</b>	<b>Tipo de aula</b>	<b>Semanal</b>	<b>Semestral</b>	
<b>30</b>	<b>30</b>	<b>Teórica</b>	<b>02</b>	<b>30</b>	
		<b>Prática</b>			
		<b>Laboratório</b>			
		<b>Estágio</b>			
		<b>Total</b>	<b>02</b>	<b>30</b>	
<b>Objetivos:</b>					
A pesquisa proposta objetiva estudar, em processo de reelaboração do programa de Direito Constitucional, a evolução da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, após a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.					
<b>Pré-requisito:</b>				<b>Código:</b>	
<b>DIREITO CONSTITUCIONAL II</b>				<b>DIR 02-07417</b>	
<b>Co-requisito:</b>				<b>Código:</b>	
<b>Ementa:</b>					
Evolução do mandado de injunção. Evolução no controle de constitucionalidade. Tutela de direitos fundamentais. Reforma política pelo Judiciário. Mutação constitucional do artigo 52 – inciso X da Constituição.					
<b>Bibliografia (Clássica / Básica da área):</b>					
ÁVILA, Humberto. <i>Teoria dos Princípios</i> . São Paulo: Malheiros, 2004.					
BARCELLOS, Ana Paula. <i>Eficácia Jurídica dos Princípios Constitucionais: o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana</i> . Rio de Janeiro: Renovar, 2007.					
BARROSO, Luís Roberto. <i>O Direito Constitucional e a Efetividade de suas Normas</i> . Rio de Janeiro: Renovar, 2007.					
BINENBOJM, Gustavo. <i>A Nova Jurisdição Constitucional Brasileira</i> . Rio de Janeiro: Renovar, 2005.					
MENDES, Gilmar Ferreira, COELHO, Inocêncio Mártires e GONET BRANCO, Paulo Gustavo. <i>Curso de Direito Constitucional</i> . São Paulo: Saraiva, 2007.					
SARMENTO, Daniel Antônio de Moraes. <i>Direitos Fundamentais e Relações Privadas</i> . Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.					
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. <i>Jurisprudência</i> .					

	<b>UNIDADE: FACULDADE DE DIREITO</b>				
	<b>DEPARTAMENTO: DIREITO DO ESTADO</b>				
	<b>Grupo de Pesquisa Institucional em DISCIPLINA: Direito Constitucional: LIMITES À ATUAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO III</b>				
<b>CARGA HORÁRIA TOTAL:</b>	<b>60</b>	<b>CRÉDITOS:</b>	<b>04</b>	<b>CÓDIGO:</b>	<b>DIR 02-11305</b>
<b>Característica:</b>		<b>Cursos:</b>			
<input type="checkbox"/> <b>Obrigatória</b>		<b>DIREITO</b>			
<input checked="" type="checkbox"/> <b>Eletiva restrita</b>					
<input type="checkbox"/> <b>Eletiva definida</b>					
<input type="checkbox"/> <b>Eletiva universal</b>					
<b>Carga Horária</b>		<b>Distribuição da Carga horária da Disciplina</b>			
<b>do Aluno</b>	<b>do Professor</b>	<b>Tipo de aula</b>	<b>Semanal</b>	<b>Semestral</b>	
<b>30</b>	<b>30</b>	<b>Teórica</b>	<b>02</b>	<b>30</b>	
		<b>Prática</b>			
		<b>Laboratório</b>			
		<b>Estágio</b>			
		<b>Total</b>	<b>02</b>	<b>30</b>	
<b>Objetivos:</b>					
Dar continuidade aos estudos realizados nos Grupos de Pesquisa "Limites à Atuação do Poder Judiciário I e II".					
<b>Pré-requisito:</b>				<b>Código:</b>	
<b>GRUPO DE PESQUISA INSTITUCIONAL EM DIREITO CONSTITUCIONAL: LIMITES À ATUAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO II</b>				<b>DIR 02-10645</b>	
<b>Co-requisito:</b>				<b>Código:</b>	
<b>Ementa:</b>					
Aprofundamento maior do conteúdo programático dos dois Grupos de Pesquisa acima referidos.					
<b>Bibliografia (Clássica / Básica da área):</b>					
ACKERMAN, Bruce. <i>We, the People. Foundations</i> . Cambridge: Harvard University Press, 1973.					
_____. <i>We, the People. Transformations</i> . Cambridge: Harvard University Press, 2002.					
ALEXY, Robert. <i>Direitos Fundamentais no Estado Constitucional Democrático. A Relação entre Direitos do Homem, Direitos Fundamentais, Democracia e Jurisdição Constitucional</i> . Revista de Direito Administrativo, nº 217, jul./set. 1999.					
_____. <i>Teoría de los Derechos Fundamentales</i> . Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1993.					
CAPPELLETTI, Mauro. <i>Juízes Legisladores</i> . Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1999.					
DWORKIN, Ronald. <i>Freedom's Law. The Moral Reading of the American Constitution</i> . Cambridge: Harvard University Press, 1996.					
HABERMAS, Jürgen. <i>Direito e Democracia entre Facticidade e Validade</i> . 2º vol. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.					
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. <i>Jurisprudência</i> .					
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. <i>Jurisprudência</i> .					

	<b>UNIDADE: FACULDADE DE DIREITO</b>		
	<b>DEPARTAMENTO: DIREITO DO ESTADO</b>		
	<b>DISCIPLINA:</b> Grupo de Pesquisa Institucional em Direito <b>Constitucional: LIBERDADES FUNDAMENTAIS E CORTES CONSTITUCIONAIS II</b>		
<b>CARGA HORÁRIA TOTAL: 60</b>		<b>CRÉDITOS: 04</b>	<b>CÓDIGO: DIR 02-11461</b>
<b>Característica:</b>		<b>Cursos:</b>	
<input type="checkbox"/> Obrigatória		<b>DIREITO</b>	
<input checked="" type="checkbox"/> Eletiva restrita			
<input type="checkbox"/> Eletiva definida			
<input type="checkbox"/> Eletiva universal			
<b>Carga Horária</b>		<b>Distribuição da Carga horária da Disciplina</b>	
<b>do Aluno</b>	<b>do Professor</b>	<b>Tipo de aula</b>	<b>Semanal</b>
<b>30</b>	<b>30</b>	<b>Teórica</b>	<b>02</b>
		<b>Prática</b>	
		<b>Laboratório</b>	
		<b>Estágio</b>	
		<b>Total</b>	<b>02</b>
			<b>30</b>
<b>Objetivos:</b>			
Dar continuidade ao estudo iniciado no Grupo de Pesquisa "Liberdades Fundamentais e Cortes Constitucionais".			
<b>Pré-requisito:</b>			<b>Código:</b>
<b>GRUPO DE PESQUISA INSTITUCIONAL EM DIREITO CONSTITUCIONAL: LIBERDADES FUNDAMENTAIS E CORTES CONSTITUCIONAIS</b>			<b>DIR 02-11146</b>
<b>Co-requisito:</b>			<b>Código:</b>
<b>Ementa:</b>			
Aprofundamento do conteúdo programático do Grupo de Pesquisa "Liberdades Fundamentais e Cortes Constitucionais".			
<b>Bibliografia (Clássica / Básica da área):</b>			
ALEXY, Robert. <i>Teoría de los derechos fundamentales</i> . Madrid: CEC, 2001.			
ANDRADE, José Carlos V. <i>Os direitos fundamentais na Constituição Portuguesa de 1976</i> . Coimbra: Almedina, 2001.			
FIORAVANTI, Maurizio. <i>Los derechos fundamentales: apuntes de historia de las constituciones</i> . Madrid: Trotta, 2000.			
PECES-BARBA MARTINEZ, Gregório. <i>Curso de derechos fundamentales</i> . Madrid: Universidad Carlos III, 1995.			
PEREIRA, Jane Reis Gonçalves. <i>Interpretação constitucional e direitos fundamentais: uma contribuição ao estudo das restrições aos direitos fundamentais na perspectiva da teoria dos princípios</i> . Rio de Janeiro: Renovar, 2006.			
SARLET, Ingo Wolfgang. <i>Eficácia dos direitos fundamentais</i> . Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998.			

	<b>UNIDADE: FACULDADE DE DIREITO</b>			
	<b>DEPARTAMENTO: DIREITO DO ESTADO</b>			
	<b>Grupo de Pesquisa Institucional em</b> <b>DISCIPLINA: Direito Internacional: JURISPRUDÊNCIA</b> <b>INTERNACIONAL</b>			
<b>CARGA HORÁRIA TOTAL: 30</b>		<b>CRÉDITOS: 02</b>	<b>CÓDIGO: DIR 02-11930</b>	
<b>Característica:</b>		<b>Cursos:</b>		
<input type="checkbox"/> Obrigatória		<b>DIREITO</b>		
<input type="checkbox"/> Eletiva restrita				
<input checked="" type="checkbox"/> Eletiva definida				
<input type="checkbox"/> Eletiva universal				
<b>Carga Horária</b>		<b>Distribuição da Carga horária da Disciplina</b>		
<b>do Aluno</b>  <b>30</b>	<b>do Professor</b>  <b>30</b>	<b>Tipo de aula</b>	<b>Semanal</b>	<b>Semestral</b>
		<b>Teórica</b>	<b>02</b>	<b>30</b>
		<b>Prática</b>		
		<b>Laboratório</b>		
		<b>Estágio</b>		
		<b>Total</b>	<b>02</b>	<b>30</b>
<b>Objetivos:</b>				
a) Complementar os estudos na disciplina Direito Internacional Público por meio de simulações de casos das Cortes Internacionais; b) Verificar a aplicação do Direito Internacional em casos concretos; c) Preparar o acadêmico para competir no evento <i>JESSUP</i> – simulação oficial da Corte Internacional de Justiça organizada pela ONU.				
<b>Pré-requisito:</b> <b>DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO I</b>				<b>Código:</b> <b>DIR 02-07404</b>
<b>Co-requisito:</b>				<b>Código:</b>
<b>Ementa:</b>				
Decisões da Corte Internacional de Justiça. Decisões do Tribunal do Mar. Decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Decisões da Corte Europeia de Direitos Humanos. Decisões do Tribunal Penal Internacional e dos demais tribunais penais militares <i>ad hoc</i> .				
<b>Bibliografia:</b>				
ACCIOLY, Hildebrando Nascimento; SILVA, Geraldo Eulálio da. <i>Manual de Direito Internacional Público</i> . São Paulo: Saraiva, 1996.				
ANDRADE, Agenor Pereira de. <i>Direito Internacional Público</i> . São Paulo: LTr., 1987.				
ARAÚJO, Luís I. de Amorim. <i>Curso de Direito Internacional Público</i> . Rio de Janeiro: Forense, 1995.				
CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Site mantido pelo Cartório da Corte Internacional de Justiça. Disponível em: <www.icj-cij.org/>.				
DINH, Nguyen Quoc; DAILLIER, Patrick; PELLET, Alain. <i>Direito Internacional Público</i> . Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999.				
ITUASSÚ, Oyama Cesar. <i>Curso de Direito Internacional Público</i> . Rio de Janeiro: Forense, 1986.				
LITRENTO, Oliveiros. <i>Manual de Direito Internacional Público</i> . Rio de Janeiro: Forense, 1979.				
MATTOS, Adherbal Meira. <i>Direito Internacional Público</i> . Rio de Janeiro: Renovar, 1996.				
MERCADANTE, Azevedo Araminta de; MAGALHÃES, José Carlos de (Coord.). <i>Solução e Prevenção de Litígios Internacionais</i> . Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 1991.				
MELLO, Celso D. Albuquerque de. <i>Curso de Direito Internacional Público</i> . Rio de Janeiro: Renovar, 2000.				
REZEK, José Francisco. <i>Direito Internacional Público</i> . São Paulo: Saraiva, 1994.				
SEITENFUS, Ricardo. <i>Manual das Organizações Internacionais</i> . Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000.				

	<b>UNIDADE: FACULDADE DE DIREITO</b>				
	<b>DEPARTAMENTO: DIREITO DO ESTADO</b>				
	<b>Grupo de Pesquisa Institucional em DISCIPLINA: Direito Constitucional: SEPARAÇÃO DE PODERES E COMPORTAMENTO JUDICIAL</b>				
<b>CARGA HORÁRIA TOTAL:</b>	<b>30</b>	<b>CRÉDITOS:</b>	<b>02</b>	<b>CÓDIGO:</b>	<b>DIR 02-11935</b>
<b>Característica:</b>		<b>Cursos:</b>			
<input type="checkbox"/> Obrigatória		<b>DIREITO</b>			
<input type="checkbox"/> Eletiva restrita					
<input checked="" type="checkbox"/> Eletiva definida					
<input type="checkbox"/> Eletiva universal					
<b>Carga Horária</b>		<b>Distribuição da Carga horária da Disciplina</b>			
<b>do Aluno</b>	<b>do Professor</b>	<b>Tipo de aula</b>	<b>Semanal</b>	<b>Semestral</b>	
<b>30</b>	<b>30</b>	<b>Teórica</b>	<b>02</b>	<b>30</b>	
		<b>Prática</b>			
		<b>Laboratório</b>			
		<b>Estágio</b>			
		<b>Total</b>	<b>02</b>	<b>30</b>	
<b>Objetivos:</b>					
A pesquisa tem por objetivo geral realizar o levantamento e análise de decisões judiciais com viés ativista e apurar as potenciais influências de motivações ideológicas, pragmáticas e consequencialistas nos julgamentos monocráticos e colegiados.					
<b>Pré-requisito:</b>				<b>Código:</b>	
<b>DIREITO CONSTITUCIONAL I</b>				<b>DIR 02-07411</b>	
<b>Co-requisito:</b>				<b>Código:</b>	
<b>Ementa:</b>					
Ativismo, consequencialismo e pragmatismo judicial. O processo de formação da vontade dos juízes em órgãos monocráticos e colegiados. Influência do perfil ideológico dos juízes, dos modelos institucionais e da opinião pública no processo de formação das decisões.					
<b>Bibliografia (Clássica / Básica da área):</b>					
BAUM, Lawrence, <i>The Puzzle of Judicial Behavior</i> . Ann Arbor: University of Michigan Press, 1997.					
EPSTEIN, Lee and KNIGHT, Jack. <i>The Choices Justices Make</i> . Washington, D.C.: CQ Press, 1998.					



	<b>UNIDADE: FACULDADE DE DIREITO</b>				
	<b>DEPARTAMENTO: DIREITO DO ESTADO</b>				
	<b>Grupo de Pesquisa Institucional em Direito</b> <b>DISCIPLINA: Constitucional: SEPARAÇÃO DE PODERES E</b> <b>COMPORTEAMENTO JUDICIAL II</b>				
<b>CARGA HORÁRIA TOTAL:</b>	<b>30</b>	<b>CRÉDITOS:</b>	<b>02</b>	<b>CÓDIGO:</b>	<b>DIR 02-12034</b>
<b>Característica:</b>		<b>Cursos:</b>			
<input type="checkbox"/> <b>Obrigatória</b>		<b>DIREITO</b>			
<input type="checkbox"/> <b>Eletiva restrita</b>					
<input checked="" type="checkbox"/> <b>Eletiva definida</b>					
<input type="checkbox"/> <b>Eletiva universal</b>					
<b>Carga Horária</b>		<b>Distribuição da Carga horária da Disciplina</b>			
<b>do Aluno</b>	<b>do Professor</b>	<b>Tipo de aula</b>	<b>Semanal</b>	<b>Semestral</b>	
<b>30</b>	<b>30</b>	<b>Teórica</b>	<b>02</b>	<b>30</b>	
		<b>Prática</b>			
		<b>Laboratório</b>			
		<b>Estágio</b>			
		<b>Total</b>	<b>02</b>	<b>30</b>	
<b>Objetivos:</b>					
A pesquisa tem por objetivo geral realizar o levantamento e análise de decisões judiciais com viés ativista e apurar as potenciais influências de motivações ideológicas, pragmáticas e consequencialistas nos julgamentos monocráticos e colegiados.					
<b>Pré-requisito:</b>				<b>Código:</b>	
<b>DIREITO CONSTITUCIONAL I</b>				<b>DIR 02-07411</b>	
<b>GPI Dir. Const.: SEPARAÇÃO DE PODERES E COMPORTEAMENTO JUDICIAL</b>				<b>DIR 02-11935</b>	
<b>Co-requisito:</b>				<b>Código:</b>	
<b>Ementa:</b>					
Continuidade dos estudos iniciados no GPI em Direito Constitucional: Separação de Poderes e Comportamento Judicial. Ativismo, consequencialismo e pragmatismo judicial. O processo de formação da vontade dos juízes em órgãos monocráticos e colegiados. Influência do perfil ideológico dos juízes, dos modelos institucionais e da opinião pública no processo de formação das decisões.					
<b>Bibliografia (Clássica / Básica da área):</b>					
BAUM, Lawrence, <i>The Puzzle of Judicial Behavior</i> . Ann Arbor: University of Michigan Press, 1997.					
EPSTEIN, Lee and KNIGHT, Jack. <i>The Choices Justices Make</i> . Washington, D.C.:CQ Press, 1998.					



	<b>UNIDADE: FACULDADE DE DIREITO</b>		
	<b>DEPARTAMENTO: DIREITO DO ESTADO</b>		
	<b>Grupo de Pesquisa Institucional em Direito</b> <b>DISCIPLINA: Constitucional: INCLUSÃO SOCIAL DOS</b> <b>PORTADORES DE DEFICIÊNCIA FÍSICA</b>		
<b>CARGA HORÁRIA TOTAL: 30</b>		<b>CRÉDITOS: 02</b>	<b>CÓDIGO: DIR 02-12103</b>
<b>Característica:</b>		<b>Cursos:</b>	
<input type="checkbox"/> Obrigatória		<b>DIREITO</b>	
<input type="checkbox"/> Eletiva restrita			
<input checked="" type="checkbox"/> Eletiva definida			
<input type="checkbox"/> Eletiva universal			
<b>Carga Horária</b>		<b>Distribuição da Carga horária da Disciplina</b>	
<b>do Aluno</b>	<b>do Professor</b>	<b>Tipo de aula</b>	<b>Semanal</b>
<b>30</b>	<b>30</b>	<b>Teórica</b>	<b>02</b>
		<b>Prática</b>	
		<b>Laboratório</b>	
		<b>Estágio</b>	
		<b>Total</b>	<b>02</b>
			<b>Semestral</b>
			<b>30</b>
<b>Objetivo:</b>			
Aprofundamento do estudo dos direitos sociais dos portadores de deficiência à luz do princípio da dignidade humana numa perspectiva de direito constitucional comparado.			
<b>Pré-requisito:</b>			<b>Código:</b>
<b>DIREITO CONSTITUCIONAL III</b>			<b>DIR 02-00609</b>
<b>Co-requisito:</b>			<b>Código:</b>
<b>Ementa:</b>			
Neste grupo de pesquisa, vai-se examinar o discurso de legitimação dos direitos humanos que melhor responde aos desafios do atual modelo dos direitos sociais dos portadores de deficiência. Inclusão (participação social), ao invés de adaptação a um modelo clássico de integração (orientado pelo assistencialismo, consequências e déficits provocados pela doença e adaptação do indivíduo definido a partir de padrões de normalidade controlados por estruturas de poder).			

**Bibliografia (Clássica / Básica da área):**

- ALEXY, Robert. *Theorie der Grundrechte*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1986.
- BARAK-EREZ, Daphne & GROSS, Aeyal M. (orgs.). *Exploring Social Rights. Between Theory and Practice*. Oregon: Oxford and Portland, 2007.
- BARBOSA, Ana Paula Costa. *Die Menschenwürde im deutschen Grundgesetz und in der brasilianischen Verfassung von 1988. Ein Rechtsvergleich. Schriftenreihe zum Staats- und Verwaltungsrecht*. vol. 6. Berlin-Münster: LIT, 2008.
- BARBOSA-FOHRMANN, Ana Paula & GEBHARD, Julia. *Institutional Scope of National Human Rights Protections: A Comparative Study in relation to Public Authorities* (2008). in: www.biicl.org (disponibilidade restrita).
- BARCELLOS, Ana Paula de. *A Eficácia Jurídica dos Princípios Constitucionais. O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana*. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.
- BARROSO, Luís Roberto. *Interpretação e Aplicação da Constituição*. São Paulo: Saraiva, 2003.
- BECKER, Ulrich & GRASER, Alexander (orgs.) *Perspektiven der schulischen Integration von Kindern mit Behinderung*. Baden-Baden: Nomos Verlagsgesellschaft, 2004.
- GUNTHER, Jürgens. *Grundrecht für Behinderte. Neue Zeitschrift für Verwaltungsrecht*. 1995.
- LAWSON, Anna & GOODING, Caroline (eds.). *Disability Rights in Europe. From Theory to Practice. Essays in European Law*. Oxford and Portland, Oregon: Hart Publishing, 2005.
- MAUNZ, Theodor & DÜRIG, Günter (orgs.). *Grundgesetz Kommentar*. München: C. H. Beck'sche, 1973.
- MORAES, Alexandre de. *Direito Constitucional*. São Paulo: Atlas, 2000.
- MÜNCH, Ingo von & KUNIG, Philip (orgs.). *Grundgesetz-Kommentar*. München: C. H. Beck'sche, 2000.
- NEUMANN, Volker. *Der verfassungsrechtliche Begriff der Behinderung*. in: *Neue Zeitschrift für Verwaltungsrecht*. 2003.
- SARLET, Ingo Wolfgang. *Os Direitos Fundamentais Sociais na Constituição de 1988*. in: *O Direito Público em Tempos de Crise. Estudos em Homenagem a Ruy Rubens Ruschel*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999, p. 129-173.
- \_\_\_\_\_. *A Eficácia dos Direitos Fundamentais*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002.
- SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. São Paulo: Malheiros, 1998.
- TORRES, Ricardo Lobo. *A Metamorfose dos Direitos Sociais em Mínimo Existencial*. in: *Direitos Fundamentais Sociais: Estudos de Direito Constitucional, Internacional e Comparado*. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.
- \_\_\_\_\_. *O Direito ao Mínimo Existencial*. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.

	<b>UNIDADE: FACULDADE DE DIREITO</b>		
	<b>DEPARTAMENTO: DIREITO DO ESTADO</b>		
	<b>Grupo de Pesquisa Institucional em Direito</b> <b>DISCIPLINA: Constitucional: TRIBUTAÇÃO SOBRE A CIRCULAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS</b>		
<b>CARGA HORÁRIA TOTAL: 30</b>		<b>CRÉDITOS: 02</b>	<b>CÓDIGO: DIR 02-12522</b>
<b>Característica:</b>		<b>Cursos:</b>	
<input type="checkbox"/> <b>Obrigatória</b>		<b>DIREITO</b>	
<input type="checkbox"/> <b>Eletiva restrita</b>			
<input checked="" type="checkbox"/> <b>Eletiva definida</b>			
<input type="checkbox"/> <b>Eletiva universal</b>			
<b>Carga Horária</b>		<b>Distribuição da Carga horária da Disciplina</b>	
<b>do Aluno</b>	<b>do Professor</b>	<b>Tipo de aula</b>	<b>Semanal</b>
<b>30</b>	<b>30</b>	<b>Teórica</b>	<b>02</b>
		<b>Prática</b>	
		<b>Laboratório</b>	
		<b>Estágio</b>	
		<b>Total</b>	<b>02</b>
			<b>Semestral</b>
			<b>30</b>
<b>Objetivos:</b> Produzir textos a serem publicados sobre os tributos incidentes sobre a circulação de bens e serviços, como o IPI, o ICMS e o ISS.			
<b>Pré-requisito:</b> <b>DIREITO CONSTITUCIONAL IV</b>			<b>Código:</b> <b>DIR 02-00759</b>
<b>Co-requisito:</b>			<b>Código:</b>
<b>Ementa:</b> A tributação sobre bens e serviços e o imposto sobre valor agregado. O IPI. O ICMS. O ISS. PIS/COFINS. Os conflitos entre o IPI, o ICMS e o ISS.			
<b>Bibliografia (Clássica / Básica da área):</b> BALEIRO, Aliomar. <i>Direito Tributário Brasileiro</i> . 11.ed. Atualizada por Misabel Abreu Machado Derzi. Rio de Janeiro: Forense, 1999. BARRETO, Aires F. <i>O ISS na Constituição e na Lei</i> . 3. Ed. São Paulo: Dialética, 2009. BOTTALLO, Eduardo Domingos. <i>IPI – Princípios e Estrutura</i> . São Paulo: Dialética, 2009. CARRAZA, Roque Antonio. <i>ICMS</i> . 13 ed. São Paulo: Malheiros, 2009. COSTA, Alcides Jorge. <i>Estudos sobre IPI, ICMS e ISS</i> . São Paulo: Dialética, 2009. MATTOS, Aroldo Gomes de. <i>ICMS – Comentários à Legislação Nacional</i> . São Paulo: Dialética, 2006. MELO, José Eduardo Soares de. <i>ICMS – Teoria e Prática</i> . 7. Ed. São Paulo: Dialética, 2004. _____. <i>IPI – Teoria e Prática</i> . São Paulo: Malheiros, 2009. _____. <i>ISS – Aspectos Teóricos e Práticos</i> . 3. Ed. São Paulo: Dialética, 2003. MORAES, Bernardo Ribeiro de. <i>Doutrina e Prática do Imposto Sobre Serviços</i> . São Paulo: Revista dos Tribunais, 1984. PAULSEN, Leandro e MELO, José Eduardo Soares. <i>Impostos Federais, Estaduais e Municipais</i> . 5. Ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010. RIBEIRO, Ricardo Lodi. "O Fato Gerador do ICMS" <i>Revista Fórum de Direito Tributário</i> , v. 52, p. 143-163, 2011. _____. Não cumulatividade do IPI, insumos imunes, isentos e não tributados e o novo RIPI. <i>Revista Dialética de Direito Tributário</i> , v. 183, p. 106-117, 2010.			

RIBEIRO, Ricardo Lodi e LOPES, Livia Pinheiro. "A industrialização por encomenda e os conflitos de competência entre o IPI e o ISS". *Revista Fórum de Direito Tributário* nº 54, 2011.

TORRES, Ricardo Lobo. *Tratado de Direito Constitucional Financeiro e Tributário – Vol. IV – Os tributos na Constituição*. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

	<b>UNIDADE: FACULDADE DE DIREITO</b>		
	<b>DEPARTAMENTO: DIREITO DO ESTADO</b>		
	<b>Grupo de Pesquisa Institucional em Direito Constitucional: MONITORAMENTO DA JURISPRUDÊNCIA CONSTITUCIONAL DO STF – PARTE I</b>		
<b>CARGA HORÁRIA TOTAL: 30</b>		<b>CRÉDITOS: 02</b>	<b>CÓDIGO: DIR 02-12523</b>
<b>Característica:</b>		<b>Cursos:</b>	
<input type="checkbox"/> Obrigatória		<b>DIREITO</b>	
<input type="checkbox"/> Eletiva restrita			
<input checked="" type="checkbox"/> Eletiva definida			
<input type="checkbox"/> Eletiva universal			
<b>Carga Horária</b>		<b>Distribuição da Carga horária da Disciplina</b>	
<b>do Aluno</b>	<b>do Professor</b>	<b>Tipo de aula</b>	<b>Semanal</b>
<b>30</b>	<b>30</b>	<b>Teórica</b>	<b>02</b>
		<b>Prática</b>	
		<b>Laboratório</b>	
		<b>Estágio</b>	
		<b>Total</b>	<b>02</b>
			<b>30</b>
<b>Objetivos:</b>			
Destina-se a presente disciplina a promover um acompanhamento da jurisprudência do STF para além da análise das ementas e resenhas publicadas no informativo de jurisprudência do STF, buscando-se melhor compreender, mediante a análise do inteiro teor de acórdãos paradigmáticos, a evolução da sua jurisprudência.			
<b>Pré-requisito:</b>			<b>Código:</b>
<b>Co-requisito:</b>			<b>Código:</b>
<b>Ementa:</b>			
STF. Jurisprudência Constitucional. Evolução.			
<b>Bibliografia (Clássica / Básica da área):</b>			
VIEIRA, Oscar Vilhena. Supremo Tribunal Federal: Jurisprudência Política. 2 ed. Editora Malheiros, São Paulo, 2002.			

	<b>UNIDADE: FACULDADE DE DIREITO</b>			
	<b>DEPARTAMENTO: DIREITO DO ESTADO</b>			
	<b>Grupo de Pesquisa Institucional em Direito</b> <b>DISCIPLINA: Constitucional: LIBERDADES</b> <b>FUNDAMENTAIS E CORTES</b> <b>CONSTITUCIONAIS III</b>			
<b>CARGA HORÁRIA TOTAL: 30</b>		<b>CRÉDITOS: 02</b>	<b>CÓDIGO: DIR 02-12525</b>	
<b>Característica:</b>		<b>Cursos:</b>		
<input type="checkbox"/> Obrigatória		<b>DIREITO</b>		
<input type="checkbox"/> Eletiva restrita				
<input checked="" type="checkbox"/> Eletiva definida				
<input type="checkbox"/> Eletiva universal				
<b>Carga Horária</b>		<b>Distribuição da Carga horária da Disciplina</b>		
<b>do Aluno</b>  <b>30</b>	<b>do Professor</b>  <b>30</b>	<b>Tipo de aula</b>	<b>Semanal</b>	<b>Semestral</b>
		<b>Teórica</b>	<b>02</b>	<b>30</b>
		<b>Prática</b>		
		<b>Laboratório</b>		
		<b>Estágio</b>		
<b>Total</b>		<b>02</b>	<b>30</b>	
<b>Objetivos:</b>				
<p>O grupo dá continuidade ao trabalho implementado por meio dos grupos Liberdades Fundamentais e Cortes Constitucionais I e II.</p> <p>A pesquisa tem por objetivo geral realizar o levantamento e análise das principais controvérsias atinentes à proteção judicial dos direitos fundamentais de defesa nos sistemas constitucionais contemporâneos. Tal tarefa será empreendida tendo como ponto de partida leituras de trabalhos teóricos no domínio da teoria dos direitos fundamentais, visando a desenvolver a capacidade de reflexão dos estudantes e a capacitá-los para estudar e debater de forma ordenada as questões relacionadas à garantia de eficácia dos direitos no âmbito da teoria jurídica e da produção das cortes constitucionais. Em sequência, serão enfocados as liberdades fundamentais em espécie, com destaque para as liberdades de expressão e de religião e os direitos à vida e à intimidade.</p>				
<b>Pré-requisito:</b> <b>DIREITO CONSTITUCIONAL II</b>			<b>Código:</b> <b>DIR 02-07417</b>	
<b>Co-requisito:</b>			<b>Código:</b>	
<b>Ementa:</b>				
<p>Conceito, Estrutura e Função das normas de direitos fundamentais. A interpretação dos direitos fundamentais. Restrições aos direitos fundamentais. Ponderação, Categorização e hierarquização dos direitos fundamentais. Aplicação dos direitos fundamentais nas relações privadas. Liberdade de expressão. Liberdade de religião. Intimidade e vida privada. Direito à vida e avanços tecnológicos. O fenômeno dos diálogos institucionais. Ativismo e judicialização no domínio dos direitos fundamentais.</p>				
<b>Bibliografia (Clássica / Básica da área):</b>				
<p>ALEXY, Robert. Teoria de los derechos fundamentales. Madrid: CEC, 2001.</p> <p>SARLET, Ingo Wolfgang. Eficácia dos direitos fundamentais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998.</p> <p>FIORAVANTI, Maurizio. Los derechos fundamentales: apuntes de historia de las constituciones. Madrid: Trotta, 2000.</p> <p>PECES-BARBA MARTINEZ, Gregório. Curso de derechos fundamentales. Madrid:</p>				

Universidad Carlos III, 1995.

PEREIRA, Jane Reis Gonçalves. Interpretação constitucional e direitos fundamentais: uma contribuição ao estudo das restrições aos direitos fundamentais na perspectiva da teoria dos princípios. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

ANDRADE, José Carlos Vieira de. Os direitos fundamentais na Constituição Portuguesa de 1976. Coimbra: Almedina, 2001.